

Qualidade de vida e espaços públicos de lazer para a juventude empobrecida

Edgard Matiello Júnior, Marília Irene Inácio e Paulo Ricardo do Canto Capela*

Palavras iniciais

Para os que atuam com responsabilidade na relação lazer-qualidade de vida junto a populações empobrecidas, é fácil notar que não há condições plenas para aproveitar o lazer quando ocorre excessivo desgaste do corpo para manter a sobrevivência, ou quando ele é praticado em situações permanentes de improviso.

Sobre qualidade de vida, esse tem sido considerado um conceito em permanente construção/reconstrução. Refere-se a uma aspiração coletiva, mas possível de se manifestar nos indivíduos. Expressa estado de emancipação, de conquista de bens materiais e imateriais, produzidos e compartilhados socialmente. Pressupõe-se, portanto, que para melhorias efetivas na qualidade de vida das populações não basta apenas tomar medicamentos, curar as doenças ou fazer exercícios, sendo necessário atuar sobre as condições sociais, econômicas e políticas que lhes são determinantes.

Nesse contexto, pretendemos aqui refletir sobre as possíveis (e difíceis) relações entre o lazer e a qualidade de vida de jovens residentes em área segregada conhecida como Alto da Caieira, em Florianópolis (SC), buscando, a partir dessa realidade, identificar questões importantes a serem consideradas no trabalho com as juventudes empobrecidas de outras localidades.

“Daqui do morro dá pra ver tão legal
O que acontece aí no seu litoral
Nós gostamos de tudo, nós queremos é mais
Do alto da cidade até a beira do cais
Mais do que um bom bronzado
Nós queremos estar do seu lado”

*(Nós vamos invadir sua praia,
de Roger Rocha Moreira, do grupo Ultraje a rigor)*

Crescimento urbano empobrecedor

A conjunção do crescimento empobrecedor com a rápida urbanização se transformou em um poderoso mecanismo de segregação espacial e de exclusão social. Na atualidade, as cidades não só refletem passivamente essa marca, como constituem processos ativos de reprodução dessa desigualdade (MARICATO, 1996; 2001).

Exclusão social é um conceito que envolve abrangência e complexidade, fortemente ligado às noções de segregação e pobreza, embora não se restrinja a elas. Enquanto a concepção de pobreza é milenar e naturalizada, a concepção de exclusão social indica um processo histórico, sendo, portanto, resultante de uma determinada política excludente. A exclusão traz o foco maior sobre os processos e não tanto sobre os resultados.

A cidade é o espaço onde se concentram os recursos humanos, materiais e financeiros da sociedade. É para ela que converge o maior fluxo desses recursos, bem como a maior parte dos problemas e conflitos. Em

realidade, nela se constata um desenvolvimento desigual, na medida em que sua constituição é fruto do processo de acumulação do capital. Dessa forma, o mais comum é manter-se a lógica de investimento de recursos públicos para infraestrutura e serviços em áreas escolhidas pela especulação imobiliária, resultando esse processo, por um lado, em elevados lucros privados pela venda de terrenos à população das classes média, média alta e alta, e, por outro, na segregação dos pobres, os quais não têm condições de pagar por áreas tão valorizadas.

Existem duas referências clássicas de divisão do cenário urbano. A primeira e mais importante é o *centro*, área nuclear que funciona como espaço de atração (econômica, social e política), cujos acesso e efetivo gozo devem cumprir exigências da ordem do capital. Estar próximo do centro significa *distinção* e acesso fácil a todos os bens e serviços que a cidade pode oferecer.

A segunda referência, a *periferia*, é definida como segregada, em

virtude das condições precárias de seus espaços e do tradicional distanciamento das áreas centrais (CORRÊA, 1995). Geralmente, é ocupada pela população de baixa renda, a qual acumula problemas relacionados a habitação, transporte, saneamento básico, saúde, educação e espaços de lazer, com carência de políticas sociais para enfrentar a situação de pobreza e marginalidade em que se encontra.

Qualidade de vida e a questão do espaço urbano

A partir da ilusão de que, na modernidade, a classe trabalhadora contaria com a redução da jornada de trabalho e o consequente aumento do tempo livre, os usos desse tempo passaram a figurar como preocupação de setores hegemônicos da economia. Assim, duas estratégias foram utilizadas: uma delas se refere à desqualificação de práticas de lazer comuns à classe trabalhadora, como ressalta Julião (1992, p. 120) ao dizer que o discurso dominante lograva “despachá-las para os subterrâneos urbanos, desautorizando-as a integrarem social e politicamente a cidade”. A outra

Pressupõe-se que para melhorias efetivas na qualidade de vida das populações não basta apenas tomar medicamentos, curar as doenças ou fazer exercícios, sendo necessário atuar sobre as condições sociais, econômicas e políticas que lhes são determinantes.

assume a forma de alternativas a essas práticas, pensadas e estruturadas com o intuito de enquadrar as atividades lícitas e permitidas para esse tempo. Dentre elas, Melo e Alves Júnior (2003) citam o esporte moderno como uma alternativa àquelas “barbáries”.

Nesse processo, ao mesmo tempo em que transformava espacialmente a cidade, a urbanização transformava também os modos de vida de seus habitantes ao regular a circulação e ao organizar locais específicos para cada atividade. Dessa mesma maneira iam sendo definidas as próprias atividades que, desde então, seriam cabíveis a essa sociedade civilizada, ordenada e asséptica que se pretendia formar.

Contemporaneamente, esse fenômeno também pode ser percebido em Florianópolis, tanto no que se refere às atividades adotadas quanto no que tange a distribuição espacial de acor-

do com a classe social e a atividade política e econômica que os indivíduos desempenham – ou seja, seu papel e seus hábitos sociais, mensurados de acordo com as premissas desse modelo civilizado de sociedade.

Dessa forma, pode-se considerar que o Alto da Caieira vive uma situação das mais diferenciadas, porque, embora não se caracterize como região fisicamente distante do centro do município, essa comunidade foi constituída historicamente em meio ao convívio muito próximo com outras comunidades, cujos limites foram previamente demarcados. De todas as formas, isso impede suas possibilidades de crescimento e desenvolvimento, deixando sua população, principalmente a jovem, enclausurada no topo do morro, em contato apenas visual com as belas praias que circundam a Ilha.

Luta pelo lazer e qualidade de vida no Alto da Caieira

Conforme literatura especializada (Demo, 2001, 1994; Dieckert, 1994; Manhães, 2002; CBCE, 1997; Cavalcanti, 1984), as políticas públicas de esporte e lazer oferecidas às comunidades empobrecidas quase sempre são produzidas por tecnocratas e *experts* distanciados do cotidiano das pessoas a que se destinam, os quais, em seus gabinetes ou salas universitárias, planejam equipamentos e atividades que: i) cooptam politicamente os sujeitos em virtude de serem – o esporte e o lazer – elementos sedutores e geradores de falsa sensação de segurança social; ii) são



Crianças brincam no meio da rua no Alto da Caieira, em Florianópolis/SC

Ao mesmo tempo em que transformava espacialmente a cidade, a urbanização transformava também os modos de vida de seus habitantes ao regular a circulação e ao organizar locais específicos para cada atividade.

realizadas com a intenção de ocupar o tempo livre da população carente, mantendo-a em “áreas autorizadas das cidades”, tornando-a invisível aos demais moradores incluídos nos projetos de lazer das áreas “centrais”; iii) promovem a “docilidade” de jovens e crianças que, ao se alienarem no seu lazer, são também alienados e impedidos de reivindicar do poder público outros de seus direitos mais elementares e legítimos.

No caso do Alto da Caieira, devido à carência de recursos financeiros da população; à dificuldade de mobilidade em relação aos bairros vizinhos, e à falta de investimentos em equipamentos públicos de lazer no local, os moradores costumam usufruir de seu lazer nas próprias moradias e na área minúscula dos lotes e regiões circundantes, disputando espaço com a baixa qualidade construtiva das ruas. E, quando os moradores buscam o lazer em contato com outros membros da comunidade, o fazem num espaço compreendido como um campo de futebol, o qual foi construído pelos próprios moradores e encontra-se em condições precárias de uso desde sua criação, há cerca de vinte anos.

Na relação direta com elementos constituintes da qualidade de vida – noção que, como vimos no início, remete-nos inevitavelmente ao âmbito coletivo –, tocaremos aqui rapidamente em alguns aspectos da vida comunitária que, se não nos permitem aprofundamento neste espaço de divulgação, podem ao menos incentivar estudos posteriores, que busquem abordar de forma mais aprofundada a relação entre qualidade de vida e lazer de nossas juventudes:

1 – Devido a conflitos com moradores jovens de bairros circundantes, muitos jovens do Alto da Caieira não podem sair desse local, comprometendo inclusive o acesso aos estudos. A falta de dinheiro também proporciona o isolamento. Enfim, aos jovens está imposta uma condição que lhes determina o estilo de vida – eles fazem apenas pequenas escolhas conforme o contexto lhes permite. Confrontados, os moradores realizam práticas de lazer que não costumam superar a imitação do futebol nos moldes oficiais, mesmo que com equipamentos e vestimentas improvisados e inseguros.

2 – A poucos metros dali, em áreas em que a paisagem urbana muda sensivelmente, é possível vislumbrar dezenas de equipamentos de lazer de melhor qualidade técnica e estética, confirmando que os investimentos do poder público costumam ser empenhados em áreas de moradores com maior poder aquisitivo, de reivindicação e de pressão.

Como educadores, a partir dessas constatações observadas em diálogo permanente com os moradores, temos buscado desenvolver análises profundas a respeito de suas condições de vida e organização coletiva, visando à superação de seus problemas ligados ao lazer comunitário. Partindo de estudos realizados sobre teóricos do urbanismo e do lazer, das observações e entrevistas em trabalho de campo e da análise crítica dos casos apresentados em diferentes cidades, nossas intervenções têm se pautado pela formação de consciência crítica dos moradores para que percebam o lazer como direito conquistado e como elemento fundamental para obtenção da quali-

dade de vida, ressaltando-se, porém, que não se deve aceitar ofertas “generosas”, impostas de cima para baixo sem a devida análise crítica, nem se contentar com “qualquer coisa”.

Sinteticamente, relacionando o referencial teórico aqui apresentado com as vivências oportunizadas pela práxis desenvolvida junto a essa área específica – o Alto da Caieira –, é possível apresentarmos alguns pressupostos de nossos trabalhos com vistas a subsidiar outras intervenções nesse campo, considerando não apenas o lazer em si, mas sobretudo a qualidade dos espaços públicos onde ele possa ser realizado.

Em primeiro lugar, trabalhar com área segregada requer muito cuidado para não criar falsas expectativas na população, pois é provável que esta já seja bastante descrente na atuação do poder público e nas promessas de colaboradores externos. Quando a área segregada é constituída em meio à ilegalidade e à falta de planejamento, os aspectos da topografia e edificações pré-existentes são limitantes para grandes mudanças nos espaços públicos de lazer.

Nesse sentido, com vistas a uma intervenção mais condizente com a realidade, deve ser considerada a viabilidade financeira do poder público e o respeito à cultura local, devendo ser preservados ao máximo os traços elaborados pela população.

No que se refere à segurança pública, é preciso tentar a ocupação de espaços vazios, buscando dar novos atributos que estimulem a mobilidade e as apropriações dos moradores, contribuindo para evitar a permanência de atividades ligadas ao crime nesses locais.



Não se pode confundir incentivo à criatividade com improviso permanente.

Campinho do Alto da Caieira, único espaço público de recreação da comunidade

Como pressuposto principal, é necessário lembrar que quaisquer propostas de mudanças precisam ser discutidas com a comunidade, de preferência envolvendo sua participação em todas as fases de intervenção. É preciso prever alguma maneira de envolver os moradores no trabalho direto com as obras a serem realizadas, tanto para que se considerem sujeitos de direitos, quanto para que tenham alternativas atuais ou futuras de geração de renda. Para que possam, enfim, imprimir suas marcas culturais naquilo que lhes pertence.

Considera-se mais importante o processo do que o produto da intervenção. Dessa forma, é possível desenvolver processos educativos que problematizem os determinantes das condições de vida precária dos moradores.

Quanto ao lazer, essa é uma dimensão humana fundamental. Não se pode confundir incentivo à criatividade com improviso permanente. Tendo como horizonte a conquista de autonomia e capacidade de organização comunitária, mesmo sem o investimento do poder público, algumas soluções podem ser implementadas diretamente pelos próprios moradores através, por exemplo, de mutirões de limpeza e “arrumação” do espaço de lazer, pressupondo-se a utilização de materiais apropriados e, também, o acompanhamento técnico na realização das obras. Em nossas experiências, é impressionante o poder de mobilização e a sabedoria da própria população para realizar obras de melhoria de interesse cole-

tivo. Impressiona ainda a valorização por eles atribuída aos técnicos que se dedicam a compartilhar de forma responsável seus conhecimentos, até de forma voluntária, em favor de suas causas.

Finalmente, é preciso notar que os espaços de lazer em regiões empobrecidas têm funcionado também como pontos de encontro das comunidades. Assim, o projeto arquitetônico e urbanístico precisa não apenas focalizar as condições físicas do espaço de lazer, mas também urbanizar e qualificar as demandas sociais do bairro naqueles pontos específicos que visem a melhorias nas vias de circulação no entorno do principal espaço considerado – que, no caso do Alto da Caieira, é o campo de futebol. Dessa forma, o espaço de lazer passará a ser considerado como o centro irradiador de um sistema urbanístico, criando uma Rede de Convívio e de Lazer com forte capacidade de agregação comunitária e permitindo, mesmo com as fortes contradições inerentes a todo processo de formação humana, que as características sedutoras do lazer possam entusiasmar para as lutas coletivas, inclusive as que se referem às políticas públicas relacionadas a essa dimensão da qualidade de vida. 

* **EDGARD MATIELLO JÚNIOR, MARÍLIA IRENE INÁCIO E PAULO RICARDO DO CANTO CAPELA** são, respectivamente, doutor em Educação Física, arquiteta e urbanista e mestre em Educação. Integrantes do Vitral Latino-Americano de Educação Física, Esportes e Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: degaufsc@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, Kátia Brandão. *Esporte para todos: um discurso ideológico*. São Paulo: IBASA, 1984.

CBCE (org). *Educação Física escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses*. Ijuí: Sedigraf, 1997.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. Série Princípios. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. Campinas, SP: 1994.

DEMO, Pedro. *Cidadania pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DIECKERT, Jürgen. *Esporte de lazer: tarefas e chance para todos*. Rio de Janeiro, RJ: Ao Livro Técnico, 1994.

JULIÃO, Leticia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)* (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1992.

MANHÃES, Eduardo Dias. *Políticas de esporte do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARICATO, Erminia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELO, Vítor Andrade de; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao Lazer*. São Paulo: Manole, 2003.